

tempo desta Casa, pois minha luta em favor do povo paraense continua, agora mais perto dele.

Agradeço a todos sem distinção nesta Casa pela hospitalidade e pela cordialidade que me foram dispensadas.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PPB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não vou intimidá-los com o calhamaço que tenho nas mãos, preferindo entregá-lo à Mesa para publicação nos Anais. Limitar-me-ei a alguns tópicos principais, por dois motivos: primeiro, para não exceder de muito a bitola de tempo regimental, conquanto espero certo grau de tolerância da Mesa, como recompensa para minha atitude silenciosa em grande número de reuniões – não fui dos mais loquazes da Casa; e, em segundo lugar, porque não gosto do som da minha própria voz.

Chamarei este discurso, Sr. Presidente, de retrospecto melancólico. É tempo de balanço. Balanço tornado oportuno pela confluência de três eventos: fim de século, começo de milênio e, proximamente, 500 anos de fundação da brasilidade.

Minha melancolia não provém de saudades antecipadas de Brasília, cidade que considero um bazar de ilusões e uma usina de déficits, e sim do reconhecimento do fracasso de toda uma geração – a minha geração – em lançar o Brasil numa trajetória de desenvolvimento sustentado. Continuamos longe demais da riqueza atingível e perto demais da pobreza corrigível.

A melancolia vem também da constatação de nossa insuportável "mesmice". Quando cheguei ao Congresso, em 1983, eleito Senador por Mato Grosso, os temas candentes do momento eram a moratória e a recessão. Dezessets anos depois, quando me despeço de dois mandatos de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, os temas inquietantes voltam a ser recessão e crise cambial. Isso demonstra que o Brasil, conquanto capaz de saltos de desenvolvimento, não aprendeu a tecnologia do desenvolvimento sustentado. É um saltador de saltos curtos, e não um corredor de resistência.

O Sr. Inocêncio Oliveira – Meu caro Roberto Campos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Com muito prazer.

O Sr. Inocêncio Oliveira – Quero, em primeiro lugar, pedir desculpas a V. Ex^a por ter de me reñir, já que tenho compromisso importante com autoridades, em razão do momento que vivemos. Lamento não poder, nesta hora, ouvir mais uma vez um dos discursos – sem sombra de dúvida – mais importantes da atual conjuntura política do País. Trago aqui o reconhecimento do Líder do maior partido da Casa ao homem público exemplar, que, independentemente do seu campo de atuação, usou a atividade política para servir o País. Quer pela atuação na diplomacia, no Ministério do Planejamento e Orçamento – cuja estruturação iniciou –, no Senado Federal ou aqui, na Câmara dos Deputados, V. Ex^a é um cavaleiro andante em busca das reformas políticas do Brasil. E o faz não com uma lança remendada, mas com a força do conhecimento. Foi aquele que pregou tudo que hoje está acontecendo. Se o Brasil tivesse reconhecido isso há cerca de dez ou quinze anos, talvez hoje vivesse outra situação. Portanto, embora tardiamente, quero, em meu nome, em nome do partido da Frente Liberal, dizer muito obrigado ao Prof. Roberto Campos pelo muito que tem feito pela atividade política do País, sobretudo em defesa de um Brasil soberano, forte, apto a participar dos grandes problemas do mundo. Hoje, com a globalização da economia, ninguém mais fica sozinho. É preciso, portanto, fazermos as reformas fundamentais e estruturais, para nos adequarmos a uma nova realidade desse tempo no mundo. A maior homenagem que se pode fazer a V. Ex^a é dizendo que hoje o Brasil começa a trilhar os caminhos defendidos há dez, quinze, vinte anos por V. Ex^a. Meus cumprimentos e a certeza de que em qualquer atividade em que se encontre, como escritor, como professor, como grande conferencista, debatedor extraordinário, V. Ex^a será sempre uma figura marcante da vida deste País. Meus cumprimentos a V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado ao Líder Inocêncio Oliveira. Com isso já ganhei o dia. V. Ex^a conseguiu elevar-me o moral, mesmo numa manhã de despedida. É discutível o meu papel histórico. Muitos me chamam de profeta sem carisma, porque preguei muito sem conseguir aliciar adeptos. Outros me chamam de idiota da objetividade. Seja como for, eu posso ter orgulho de falar como Malraux, que dizia: "O mundo está ficando cada vez mais parecido com os meus livros". Eu diria que o mundo está, felizmente, cada vez mais parecido com minhas idéias. Sempre admirei o Líder

Inocência Oliveira, não só pela sua vocação liberal – ele tem defendido idéias liberais –, como por sua extraordinária capacidade de absorver rapidamente as infusões do Plenário, com respostas adequadas e uma argumentação ágil, que exige grande velocidade mental.

Aliás, tenho grande admiração pelo que chamo de um "animal" de plenário. Realmente o Deputado Inocência Oliveira é um "animal" de plenário. Sou um modesto contribuinte para as Comissões, Deputado de Comissão. Falta-me a rapidez de raciocínio necessária nos embates de plenário e a voz tonitruante que às vezes se faz necessária para acalmar paixões e abrir caminhos.

Agradeço muito as expressões de amizade e simpatia do Líder Inocência Oliveira. E não quero mais detê-lo, porque certamente terá que tratar de coisas macroscópicas, e este meu pronunciamento está certamente entre os eventos microscópicos do dia. Muito obrigado, Deputado Inocência Oliveira.

O Sr. Inocência Oliveira – Muito obrigado também a V. Ex^a Talvez este seja um dos momentos macroscópicos deste dia.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Prossigo, Sr. Presidente. Essa sensação de insuportável mesmice, recordo-me, fora-me transmitida também por dois velhos sábios: Eugênio Gudín e Tancredo Neves. Gudín, o guru liberal de minha geração de economistas, queixava-se, quase centenário, de que o Brasil era "a amante que ele mais tinha amado e que mais o corneara". E Tancredo, designado Primeiro-Ministro do Governo parlamentarista de João Goulart, pediu-me, em setembro de 1961, que nas duas semanas que me restavam antes de partir para assumir o posto de Embaixador, em Washington, preparasse um programa de governo a ser referendado pelo Parlamento, juntamente com o novo gabinete. Quando lhe ponderei a exigüidade do tempo, respondeu-me com mineirice sarcástica:

Você é úseiro e vezeiro em fabricar programas de Governo desde os tempos de Getúlio e Juscelino. No Brasil, os problemas não mudam; logo não mudam também as soluções.

Daí nasceu o programa que seus autores – Bulhões Pedreira, Mário Simonsen e eu próprio – denominamos o "programa das tesouras". Recortamos textos antigos que tinham permanecido insolentemente atuais, demonstrando nossa incapacidade de transformar crises em oportunidades, aspirações em realidades.

Ná análise internacional comparativa do desenvolvimento das nações neste fim de século, dois países provocam geral perplexidade pela enorme brecha entre seu potencial, que é cintilante, e seu desempenho, que é opaco: a Rússia e o Brasil. A Rússia foi uma superpotência que depois submergiu, descobrindo, afinal, que era apenas um país de Terceiro Mundo, com um exército de Primeiro Mundo. O Brasil é uma potência emergente que ainda não emergiu. Continua sendo um país com grande futuro no seu passado. Tendo chegado a produzir o oitavo PIB do planeta, deixou-se ultrapassar pela China e Espanha, despencando para o 10^o lugar. Em termos de renda por habitante estamos na casa dos quadragésimos e no índice de desenvolvimento humano da ONU, que mede a qualidade de vida, figuramos no 62^o lugar. Nosso problema, Sr. Presidente, não é só de iniquidade distributiva, mas também de debilidade produtiva.

Qual a explicação desse contraste entre o potencial de riqueza e a pobreza de desempenho? Os fatores explicativos são de tríplice natureza: deformações culturais, erros comportamentais e a armadilha do meio-sucesso. As deformações culturais podem ser capsuladas, o que costumo chamar de doença dos "ismos": o nacionalismo temperamental, que reduz a absorção de tecnologia e investimentos; o populismo, que é a arte de distribuir riquezas antes de produzi-las; o estruturalismo, que subestima o papel da desordem monetária na inflação; o estatismo, que leva o Estado a fazer mais do que pode no econômico e menos do que deve no social; o protecionismo, que castiga o consumidor sem exigir eficiência do produtor.

Os erros comportamentais vieram em safra abundante na década de 80, que, não por outra razão, foi chamada de "década perdida". Os militares concluíram seu longo reinado com dois erros: não fizeram a abertura econômica antes da abertura política; adotaram a política de reserva de mercado na informática, que atrasou em pelo menos quinze anos nossa modernização tecnológica.

A partir de 1985, paradoxalmente, a "civilianização" do regime pela redemocratização, ao mesmo tempo em que ampliava as liberdades políticas, comprimia as liberdades econômicas. Houve os "planos heterodoxos" de combate à inflação – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão –, todos os quais desorganizaram o sistema de preços, seguidos do Plano Collor, que desorganizou as poupanças. Proclamou-se, em

1987, uma moratória unilateral da dívida externa, comicamente apelidada de "moratória soberana", que destruiu o crédito internacional do Brasil e é até hoje marca negativa em nosso prontuário financeiro. Houve finalmente a Constituição de 1988, que documenta os perigos de uma doença freqüente na América Latina: a "constitucionalite". Ela excita utopias individuais.

Nossa atual Carta Magna é intervencionista no econômico, utópica no social e híbrida no político. Ampliou os monopólios estatais, exagerou a carga fiscal, engessou as relações trabalhistas e criou um sistema previdenciário que é uma briga braçal com o cálculo atuarial. Foi esfuziante na concessão de direitos e monástica na especificação dos deveres. Facilitou tanto a proliferação de partidos como de Municípios insolventes. No fundo, é mais um ensaio de "democratie" e de "demoscopia" do que de democracia. De "democratie" porque acentua as liberdades políticas, mas priva o cidadão de liberdades econômicas ou de opções sociais. É que os monopólios estatais são uma cassação do direito de produzir, enquanto a legislação trabalhista inibe o direito de contratar e a legislação previdenciária priva o cidadão do direito de escolher o administrador de suas poupanças. Nossa Constituição é também um ensaio de "demoscopia" ao facilitar um pluripartidarismo caótico pela ausência de instrumentos de compactação partidária como o voto distrital, a fidelidade partidária e a cláusula de barreira.

Nascida em outubro de 1988, um ano antes das dramáticas transformações ideológicas pós-muro de Berlim, nossa Carta Magna é um bebê anacrônico. Levamos dezessete meses para pará-la e estamos gastando uma década para desconstruí-la. Aliás, pondera-me um amigo que, como octogenário, eu deveria ser grato à Constituição de 1988 pelo art. 230, que garante às pessoas idosas o direito à vida. Lembrar-me-ei de impetrar um mandado de segurança contra o Criador se ele manifestar más intenções a meu respeito na próxima pneumonia.

Nosso medíocre desempenho é explicável também em função de um terceiro fator: a armadilha do meio-sucesso. Sempre acreditei que as nações só podem ser salvas pelo claro sucesso, que gera confiança, ou pelo fracasso exemplar, que provoca mudanças. O perigo está no meio-sucesso, em que tivemos, por exemplo, anormal tolerância para com a inflação — essa fonte de injustiça social —, porque durante muito tempo logramos a façanha

aparentemente impossível de conciliarmos alta inflação e rápido desenvolvimento; e anormal resistência à privatização, porque criamos estatais que, ineficientes pelos padrões mundiais e de inexpressiva rentabilidade para o Tesouro, pareciam melhor instrumentadas que suas congêneres latino-americanas.

Um terceiro exemplo de meio-sucesso é o Plano Real. Trata-se de esplêndida ginástica financeira: com êxito surpreendente na queda da inflação e insucesso crescente no câmbio e no fisco.

O Sr. Tilden Santiago — Deputado Roberto Campos, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS — Concedo o aparte a V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Tilden Santiago — Deputado Roberto Campos, gostaria de saudá-lo neste momento em que V. Ex^a deixa o nosso Parlamento e volta para as suas lides com professor e conferencista. Escuto com atenção suas palavras, como sempre as escutei aqui, nas Comissões ou em conversas pelos corredores, e faço questão de ler o seu pronunciamento, sempre voltado para a realidade. V. Ex^a bem sabe que, pela minha formação filosófica e teológica de seminarista, agrada-me muito a pluralidade de pensamento. Nunca gostei das unanimidades, sobretudo no plano da Filosofia, no plano do pensamento, no plano da política. Portanto, as divergências que podemos ter no plano da análise da realidade do pensamento não nos impediu a convivência que aqui tivemos e a possibilidade do confronto das idéias. Escuto agora e depois vou ler atentamente o seu discurso, como sempre faço com seus artigos de jornal. Gostaria de registrar, no momento em que V. Ex^a deixa o Congresso Nacional, um momento que vivi com V. Ex^a na Embaixada da França. Fomos convidados pelo Embaixador, no momento em que vinha ao Brasil um teórico francês da globalização. Naquele momento, sentindo a dificuldade de entrar no diálogo pela força que tem V. Ex^a em trabalhar a Economia, como filósofo pensei que poderia entrar um pouco na conversa puxando um pouco mais para a Filosofia e para a política, porque na Economia sabia que seria derrotado. Para isso me ajudaram também umas duas doses de uísque, que me deram coragem para falar. Recordo o debate naquela noite em que o Senador Eduardo Suplicy, não podendo utilizar o francês, delegou-me a tarefa de entrar no diálogo com V. Ex^a e com aquele teórico da globalização aqui vindo da França. Gostaria, ao terminar minhas palavras, de saudá-lo e dizer que admirou muito

sua humildade diante da realidade. Podemos discordar de suas análises, de seu pensamento, das propostas que fez; podemos ter diferenças, mas há uma coisa que sempre me impressionou em V. Ex^a: humildade intelectual diante da realidade. E também gostaria de dizer que desejo que a globalização, tão desejada por V. Ex^a, mas também por mim, caminhe de um viés de competição exclusiva para um viés da solidariedade e da cooperação entre os homens. Obrigado pelos momentos que tivemos juntos nesta Casa.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado, Deputado Tilden Santiago, com quem tenho uma grande afinidade. Fomos ambos seminaristas e tomamos um banho de filosofia escolástica e de lógica aristotélica, o que representou um importante instrumental, quer analítico, quer prático na vida hodierna.

Ele tem razão em dizer que sou humilde diante dos fatos. Luto, e às vezes acerbamente, pelas minhas idéias, mas nunca me entreguei ao personalismo injurioso e tenho sempre uma preocupação de busca da verdade, ainda quando essa busca se torna terrivelmente solitária e terrivelmente impopular.

Essa afinidade foi muito útil a nós dois. Aprendemos mutuamente. Lembro-me desse grande debate na Embaixada Francesa, onde tive um desapontamento: é que o meu francês estava enferrujado e o francês de Tilden Santiago bastante azeitado. Mas, em termos de idéias, acho que estávamos ambos atualizados. E ambos revelamos uma qualidade que considero importante: a ausência de fanatismo. O fanático "é aquele que redobra seus esforços depois de perder de vista os objetivos", segundo Santayana.

Disse ele que vou entregar-me à atividade intelectual, atividade professoral. Isso é verdade. Voltarei a uma vocação antiga, apenas com o cérebro bastante erodido pelas vicissitudes do tempo. Hoje, minha capacidade de escrever está bastante reduzida. Infelizmente, diz um adágio um pouco grotesco: "O cérebro de velhos é como o útero das prostitutas: recebe, mas não concebe". Muito obrigado. (Risos.)

O Sr. Arthur Virgílio – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio – Lamento, Deputado Roberto Campos, que me tenha posto em radical adversidade em relação às suas idéias justamente

no período em que V. Ex^a considera que fosse aquele de maior fecundidade desse seu intelecto absolutamente privilegiado. Devo dizer-lhe que V. Ex^a faz parte da minha vida na mesma distância. Eu me criei num ambiente ideológico, do qual me orgulho, de lutas vividas, familiares e pessoais, das quais me orgulho também, e guardo uma lembrança que faz parte do ser humano que sou hoje, com defeitos e com, quem sabe, algumas qualidades, mas seguramente com defeitos marcantes. E V. Ex^a era uma referência, era sinônimo para mim de tudo que não era bom para o País, era sinônimo para mim de tudo que significasse o antinacional, a perspectiva da perda de soberania. Enfim, meu pai foi Líder do PTB nesta Casa e Líder do PTB no Governo Goulart. Eu fui líder estudantil em uma época em que V. Ex^a era referência. E, quando queria citar alguém que não servia para o País, eu dizia: está parecendo com o Roberto Campos. V. Ex^a me causava uma irritação muito especial. Eu o via debater, mas a sua inteligência me causava uma enorme... Eu dizia: esse adversário, inteligente e culto, é a própria hidra. Precisamos encontrar uma forma de fazê-la calar. Eu lhe peço, portanto, desculpas por esse autoritarismo juvenil. As mutações vividas pelo próprio mundo e as próprias mutações que o ser humano que eu sou me fizeram vivenciar, também. Se hoje tenho discordâncias com pontos de vista de V. Ex^a, diria que bebo com muita atenção, com muito respeito, com muita reverência tudo o que V. Ex^a fala e o que V. Ex^a escreve, a ponto de guardar os seus artigos e de ler sistematicamente todo os seus livros. Espero que V. Ex^a produza muito daqui para frente. Desejo-lhe muitos anos de vida. Sinto que é uma mera troca de trincheira. V. Ex^a poderia muito bem estar no Senado. Eu gostaria muito de ter sido eleitor do Rio de Janeiro para poder ter votado em V. Ex^a. Sei que V. Ex^a troca de trincheira. Vai voltar para a vida acadêmica e não precisa de nada formal para que o Brasil reconheça o tamanho de V. Ex^a, como grande conselheiro, alguém imprescindível para qualquer Presidente da República, para qualquer Governo em momentos de crise, alguém imprescindível para se ouvir as idéias de planejamento, de desenvolvimento econômico, crescimento, distribuição de riqueza, tudo que se almeja para um país. Em outras palavras, não vim aqui à toa, não estou de passagem nem vim aqui para dar presença no painel. Vim aqui para lhe prestar esta homenagem modesta, mas muito sincera. Para mim, V. Ex^a é muita coisa. Vou tentar resumir numa frase bem sim-

ples: V. Ex^a é, para mim, um homem público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Antes que V. Exa. retome a palavra, nobre Deputado Roberto Campos, a Mesa convida para fazer parte da sessão o nobre Ministro Francisco Dornelles, colega de V. Ex^a

Sr. Ministro Francisco Dornelles, por gentileza. (Palmas.)

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço ao Deputado Arthur Virgílio. É excelente ser bem falado na saída. É melhor do que ser bem recebido na entrada. Tivemos divergências ideológicas que atribuo à imaturidade juvenil. A juventude é, sob certos aspectos, uma doença. Dizia Bernard Shaw que "a juventude é uma coisa maravilhosa, que pena desperdiçá-la nas crianças!". As controvérsias que o Deputado Arthur Virgílio tinha comigo eram realmente devido a uma diferença de estágios de amadurecimento. Eu já tinha, naquela ocasião, uma grande experiência nacional e internacional e tinha perdido a impetuosidade juvenil, enquanto S. Ex^a tinha o idealismo dos jovens, que é extremamente positivo, quando construtivo, e encerra também venenosos perigos quando desabalado.

Cheguei a ser enterrado em efígie pelos estudantes que protestavam contra duas coisas: eu queria um plano de estabilização monetária – naquela ocasião, parecia uma palavra feia – e um esquema realista de exploração de petróleo não no Brasil, mas na Bolívia. Mas o nosso nacionalismo era tão extremado que não queríamos participação estrangeira não só no Brasil como na Bolívia. Era um caso de agudo irrealismo.

As coisas evoluíram. Hoje noto, com prazer, que Arthur Virgílio é quase um líder liberal. Tenho para mim que a juventude não é provavelmente um fenômeno etário, mas uma capacidade de surpresa. Sob esse aspecto, considero-me jovem, porque sou um sujeito que ainda tem capacidade de surpresa. Acho que a marca do homem honesto é a capacidade de arrependimento. Certamente, Arthur Virgílio, depois de uma fase de intolerância dogmática, quando percorria as pistas da esquerda, é hoje um homem polivalente e que realmente vive, sente e prega a grande qualidade da democracia, que é o pluralismo e a ausência de fanatismo.

Deputado Arthur Virgílio, muito obrigado pelos seus comentários. Realmente, sinto-me de moral elevado hoje, porque esperava aqui ter amigos, e tenho amigos, mas não contava que tivesse leitores tão dedicados.

O Sr. Valdemar Costa Neto – Nobre Deputado, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Vaidemar Costa Neto – Deputado Roberto Campos, é de fazer inveja a qualquer político a oportunidade de conviver com a sua honra e a sua inteligência. Entre os muitos ensinamentos que a sua conduta nos ofereceu, no episódio da quebra do monopólio do gás, V. Ex^a sempre defendeu a privatização neste País. Naqueles combates, houve a aprovação da quebra desse monopólio em primeiro turno, por unanimidade, nesta Casa, e um destaque de voto em separado impediu a criação de um monopólio privado do gás no Brasil. Quero cumprimentá-lo por tudo que aprendi com V. Ex^a e dizer: parabéns, Dr. Roberto Campo, obrigado pela oportunidade dos seus ensinamentos. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado, caro Deputado Valdemar Costa Neto, por quem tenho uma grande amizade. Aliás, amizade que deriva de um antigo relacionamento afetuoso e de admiração administrativa com o seu pai, que é quase Prefeito contumaz de Mogi das Cruzes. Nunca vi cidadão com tanta facilidade eleitoral – parece-me que é a quarta vitória eleitoral. Realmente, ele é um administrador de grande mérito e de grande capacidade, de carisma popular. Talvez ele seja um Prefeito permanente.

Dediquei-me muito a essa luta contra os monopólios, por uma razão inclusive filosófica. O que é o monopólio estatal? É uma cassação do direito de produzir. O que acho estranho, esquisito, é que muita gente que protesta contra a cassação de direitos políticos não protesta contra a cassação de direitos econômicos, e até a apóia. E o monopólio não é outra coisa senão a cassação de direitos econômicos, com efeitos sociais perversos, porque tende a criar uma burguesia estatal. Enquanto a burguesia econômica tende a ser uma "meritocracia", porque reflete avaliações de mercado, a burguesia estatal é uma criação artificial de ideologias. Por isso, lutei sempre contra os monopólios e tive a oportunidade de contribuir para evitar mais um monopólio: o do gás natural.

Muito obrigado, Deputado Valdemar Costa Neto.

Ouçõ com prazer o Deputado Jair Bolsonaro.

O Sr. Jair Bolsonaro – Deputado Roberto Campos, em nome do partido, em especial do nosso Ministro Francisco Dornelles, queria lembrar a todos

que V. Ex^a foi o verdadeiro criador do Ministério da Defesa dos Trabalhadores, ou seja, o criador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e também o grande idealizador do PIS/PASEP. Por tudo isso, sentimo-nos honrados de ter V. Ex^a em nosso partido e desejamos-lhe muitos anos de vida, que seja feliz fora do Congresso como foi aqui dentro. Dado o seu bom humor, recomendaria a V. Ex^a o seguinte, apesar de ser mais novo: se porventura após a próxima pneumonia alguém não estiver bem intencionado com V. Ex^a, antes de assinar contrato com algum advogado procure saber qual é sua filiação político-partidária, porque, se for do PT, V. Ex^a poderá estar mais cedo nos braços do Criador. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado, Deputado Jair Bolsonaro. Curiosamente a minha imagem não é a de alguém apaixonado pela causa dos trabalhadores. No entanto, sempre defendi um novo trabalhismo, não demagógico e não tutelado, mas autêntico. Apresentei vários projetos nesse sentido.

Quando cheguei ao Senado, o ambiente era recessivo, e eu apresentei três ou quatro projetos de flexibilização do mercado de trabalho para preservar empregos. E vejo com satisfação que aqueles projetos, mal recebidos à época, hoje estão sendo ressuscitados pelo Governo, ante a convicção de que a rigidez da legislação trabalhista é, no fundo, um desrespeito tanto ao empregador quanto ao empregado, porque os priva de uma faculdade fundamental: o direito de negociar.

Também apresentei ao Congresso, nessa ocasião, projeto de participação nos lucros. Já o tinha apresentado anteriormente no fim do Governo Castello Branco. Poucas pessoas sabem que o último projeto apresentado ao Congresso pelo referido Presidente, e que foi arquivado rapidamente, tratava da participação nos lucros, que eu ressuscitei no meu primeiro discurso no Senado, em 1983.

Essa preocupação com um novo trabalhismo, participativo no bom sentido, esteve sempre comigo. Mas nunca fui um pregador de carisma; fui um profeta sem carisma. De modo que a imagem que consegui transmitir foi deficiente sob esse aspecto. O amigo dos trabalhadores, que se interessara por suas causas e fora um lutador constante contra a inflação, a maior das injustiças sociais, passou uma imagem impopular, de desinteresse humano, senão mesmo de crueldade tecnocrática.

Agradeço a V. Ex^a, Deputado Jair Bolsonaro.

Ouçõ com prazer o Deputado Adhemar de Barros Filho.

O Sr. Adhemar de Barros Filho – Nobre Deputado Roberto Campos, quero me associar a todos os companheiros que, com muita justiça, prestam hoje a V. Ex^a a mais legítima homenagem. Homenagem que não se estende apenas ao economista, mas ao Ministro de Estado, ao Senador pelo Estado do Mato Grosso e ao Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro. Alguém poderia pensar, como disse alguns anos atrás o ex-Ministro Pelé, que o eleitor não sabe escolher. Prefiro pensar que existe hora de plantar e hora de colher; hora de entrar e hora de sair. V. Ex^a ganha com isso, a meu ver, tendo em vista a legítima homenagem que o PPB prestou-lhe ontem, na presença do Ministro Francisco Dornelles, na cidade do Rio de Janeiro. Sei que V. Ex^a vai colaborar com o Prefeito Luís Conde. Certamente, se S. Ex^a seguir a sua orientação, muito mais depressa do que São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro solucionará os problemas que hoje avassalam todos os Municípios brasileiros. A V. Ex^a a nossa homenagem e os nossos votos de felicidade.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço muito a V. Ex^a, Deputado Adhemar de Barros Filho, as palavras amáveis e a lembrança de minha posição no Rio de Janeiro. Tive grande apoio dos meus colegas do PPB, Jair Bolsonaro e Francisco Dornelles, e consegui no Rio de Janeiro uma votação expressiva de mais de 2 milhões de votos, o que não é fácil para quem nunca cultivou a demagogia e sempre adotou uma linguagem austera e um implacável realismo na análise de problemas nacionais.

Posso até me considerar, sob certos aspectos, um líder popular, porque fui o mais votado na Rocinha e em Irajá, além de ganhar em toda a cidade do Rio de Janeiro, o que me obriga a prestar serviços àquela unidade nacional. É por isso que aceitei o convite do Prefeito Luís Conde, para prestar consultoria.

Muito obrigado, Deputado Adhemar de Barros Filho, a quem me liga antiga amizade.

Ouçõ, com prazer, o Deputado José Costa.

O Sr. José Costa – Deputado Roberto Campos, o Plenário que ouve V. Ex^a, embevecido pelo seu pronunciamento, que tanto dignifica esta Casa, é o mesmo que, aturdido, vive o auge da crise econômica e votou as pretensas reformas propostas pelo Governo Federal, mais precisamente pelo Presidente da República. Este Plenário ficou

aturdido porque constatou que se arrecada cerca de 32% do PIB e se paga 8% do mesmo em juros. Certamente, se não houvesse uma zona de **fading**, de amortecimento, entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, muitos pronunciamentos, lições e experiências de V. Ex^a teriam sido aproveitados e certamente o País não estaria vivendo as dificuldades de hoje. V. Ex^a se despede do Parlamento no momento crucial da vida pública brasileira. A próxima Legislatura sem dúvida votará as reformas política, econômica e do Judiciário. Recordo-me de que V. Ex^a, em recente entrevista, lamentava que o Congresso não tivesse tempo e oportunidade de debater a reforma fiscal apresentada pelo ex-Deputado Luís Roberto Ponte. A exemplo do Deputado Arthur Virgílio, estou no rol dos seus leitores. Espero que V. Ex^a, na vida privada, com a sua sabedoria, sua sólida formação humanística, seus conhecimentos de economista, continue dando a este País valiosíssimas contribuições. Também estarei fora do Congresso Nacional. Volto ao meu escritório de advocacia, mas certamente continuarei bebendo-lhe as experiências e as lições, através da imprensa. Desejo a V. Ex^a muitas felicidades e lastimo a sua ausência no Parlamento brasileiro.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado, Deputado José Costa. Folgo que V. Ex^a tenha registrado meu constante interesse pelo problema básico fiscal.

A doença brasileira não é doença do setor privado, é uma doença do setor público. E essa doença se revela através do déficit fiscal. O Plano Real tem grave defeito. É que se baseou numa esplêndida ginástica financeira e em um esforço fiscal muito tímido: o Fundo Fiscal de Emergência. Fez meramente transposição de receitas, e não reestruturação fiscal. Isso explica grande parte das nossas dificuldades, porque a âncora cambial e a política monetária restritiva, sabe-se universalmente, são remédios de curta duração. No caso brasileiro, tinha-se que ir à raiz do desequilíbrio, e a raiz do desequilíbrio é um problema fiscal.

Apoiei, por isso, o projeto do Deputado Luís Roberto Ponte. Nunca procurei transformá-lo num projeto meu; acho que é vã a procura de autoria, a desesperada busca de autoria. Apoiei incondicionalmente o projeto do Deputado Luís Roberto Ponte, de reforma fiscal, porque me parece que ele atende a dois dos objetivos que uma reforma fiscal deve ter: diminuir a informalização da economia – esse é um cancro que nos ataca. Hoje, 80% dos novos empregos criados estão na economia

informal, quer dizer, fora da lei. O segundo objetivo é ter impostos automáticos, cobrados eletronicamente, que dispensem declaração, para coibirmos a evasão e a sonegação fiscal, que distorcem as condições comparativas.

Muito obrigado, Deputado José Costa. V. Ex^a, como eu, nos afastamos do Congresso, mas certamente continuaremos atentos ao que aqui se passa.

Ouçó, com prazer, o Deputado Ney Lopes.

O Sr. Ney Lopes – Deputado Roberto Campos, não sei a forma de saudá-lo, se como Parlamentar, se como Ministro ou, certamente, de forma mais completa e significativa, se como um dos maiores pensadores sociais, econômicos e políticos deste século. Daí por que minha palavra inicial é de agradecimento duplo, um agradecimento genuflexo, primeiro a Deus, por ter me dado a oportunidade de conviver com V. Ex^a durante tantos anos. Depois, o agradecimento a V. Ex^a, pois, no processamento de teses deste Parlamento, algumas das quais participei diretamente até como Relator, como no caso da Lei de Patentes, da definição de empresa nacional, dos monopólios da energia e outras tantas matérias, sempre tive a sorte da presença de V. Ex^a com as suas luzes, com a sua clarividência, com o seu equilíbrio. Desde os primeiros momentos dessa convivência, firmei uma convicção íntegra, a de que as críticas feitas pelos adversários de V. Ex^a às suas idéias têm um causa: é porque não dialogaram ou não entenderam seus pontos de vista. Deputado Roberto Campos, percebi que como V. Ex^a trouxe e traz uma contribuição ao Parlamento e à sociedade não apenas brasileira, mas do mundo, no sentido de demonstrar que as idéias hegelianas da dialética servem, na verdade, para cérebros e pensadores estabelecerem três etapas – da tese, da antítese e da síntese – em busca de alternativas viáveis, e não, como pensou Karl Marx, usá-las para o materialismo histórico de Fierbach, no sentido de que a rota da história seria sempre em busca de uma luta de classes, provocada pela tese e pela antítese, em busca de uma síntese, hoje comprovadamente inatingível. E V. Ex^a demonstra que a idéia, quer seja em um artigo de jornal, quer seja no Parlamento, em qualquer ocasião, é a grande energia que impulsionará sempre as mudanças sociais, a exemplo do Imposto de Renda – como V. Ex^a frisou certa vez em um debate –, idéia nascida no final do século passado para destruir todo o arsenal do determinismo histórico de Karl Marx, quando a sociedade demonstrou, pela força

da liberdade, que seria capaz de encontrar mecanismos para diminuir as distâncias sociais sem recorrer à força ou ao processo de lutas de classes. E hoje – usando a expressão de Duverger, ao colocar três temas básicos para o destino da humanidade – a democracia e a liberdade já estão conceituadas, mas um desafio persistia e persiste ainda hoje: a busca da igualdade. E é nesta linha que V. Ex^a já contribuiu, tem contribuído neste Parlamento e, por muitos anos, haverá de dar uma grande contribuição ao Brasil, que é a verdadeira igualdade, na concepção da igualdade de oportunidades. Dessa crise do Estado, que sempre tem nas alternativas de V. Ex^a o tom verdadeiramente social, a concepção que testemunhei V. Ex^a dizer várias vezes é que democracia é democracia, e não é preciso rotulá-la de social, de liberal, nem de nenhuma outra qualificação, porque o termo se exaure por si próprio, na contribuição da busca de igualdade e oportunidades para todos. Nesse conceito que desafiou o pensamento de Duverger, sei que V. Ex^a continuará a dar uma grande contribuição a este País. Já sinto saudades da presença de V. Ex^a nesta Casa como de tantos outros colegas, mas essa saudade será compensada pelo direito que certamente exercerei de procurá-lo sempre para ter, nas suas orientações, as luzes que fizeram com que este humilde Parlamentar errasse menos em quatro mandatos nesta Casa. Vá com Deus e tenha aqui os seus amigos permanentemente para admirá-lo e respeitá-lo.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço ao Deputado Ney Lopes as palavras, a quem aprendi a admirar em diuturnos contatos.

S. Ex^a conseguiu destrinchar com grande brilho alguns projetos difíceis, considerados verdadeiros "abacaxis", sob o ponto de vista demagógico e político. Refiro-me especificamente à redefinição de empresa nacional, através de emenda constitucional, eliminando as discriminações contra empresas estrangeiras. A contribuição de S. Ex^a foi importantíssima e explica boa parte do fluxo de retomada de investimentos para o Brasil. Afinal de contas, recebemos, no ano passado, 25 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros, um recorde histórico do bom investimento, investimento permanente. Isso não teria sido possível se não tivesse havido a redefinição da empresa nacional, que eliminou absurdas restrições à participação estrangeira.

A segunda contribuição muito importante que deu V. Ex^a foi a Lei de Patentes. Essa lei perambulou no Congresso por cerca de cinco anos, mas foi também importantíssima para detonar nova onda de investimentos, sobretudo no setor de farmacêutica e biogenética. O Brasil é hoje um sítio promissor para investimentos nessa área. Isso se deve à labuta paciente do Deputado Ney Lopes na aprovação da nova Lei de Patentes. S. Ex^a e eu partilhávamos de uma estranha sensação. Havia grande oposição à concessão de patentes químicas, farmacêuticas, campos ainda não patenteáveis. E nos perguntávamos: por que essa posição? No fundo, tratava-se de terrível pessimismo. Imaginava-se que as patentes fossem algo que beneficiasse inventores estrangeiros, como se não houvesse inventores nacionais. Era uma visão extremamente pessimista da inventividade nacional e que se tinha traduzido em resultados bizarros: inventores nacionais acabavam tendo patentes nos Estados Unidos, pela impossibilidade de obtê-las aqui. A Lei de Patentes foi uma grande conquista. É uma lei moderna, que colocou o Brasil no radar dos investidores em campos novos, como a engenharia genética e a biotecnologia, para as quais o Brasil oferece um campo extremamente promissor.

Ney Lopes tem toda razão ao falar das adaptações do capitalismo no sentido de temperar a busca desesperada da eficiência com o sentido redistributivo. O Imposto de Renda foi imaginado num manifesto comunista como instrumento de destruição da burguesia, mas o capitalismo, com sua sabedoria espontânea, instintiva e inata, transformou-o em instrumento de flexibilização do capitalismo.

A rigor, foram três os instrumentos de flexibilização capitalista que fizeram com que as profecias de Marx fracassassem e até se realizassem no sentido contrário – o desmoronamento ocorrido foi do socialismo, não do capitalismo. As três flexibilizações foram: o Imposto de Renda, o surgimento do movimento sindical e a legislação antitruste. A contribuição de Ney Lopes, brilhante advogado, à formulação de leis econômicas foi importante.

Os economistas têm um grave defeito: não sabem traduzir em textos legais, realistas e praticáveis as idéias econômicas. E isso levou Castelo Branco a dizer que os textos que eu próprio e o Ministro Bulhões apresentávamos tinham de ser penteados pelos bacharéis da UDN. As idéias econômicas, então, se os textos econômicos continuarem intactos, correm o risco de se tornarem irrelevantes e abstratas.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Nobre Deputado Roberto Campos, quero apenas registrar a nossa grande admiração por V. Ex^a e a honra de ter sido seu colega nesta Casa. V. Ex^a, na qualidade de representante ilustre da nossa diplomacia nas atividades internacionais, um dos Ministros de maior qualificação que tivemos e Parlamentar que indiscutivelmente trouxe grande contribuição a esta Casa, é um dos homens mais brilhantes do nosso País nestes últimos tempos. A V. Ex^a as nossas homenagens e a certeza de que a nossa admiração é permanente diante do homem tão ilustre que nesta hora se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Deputado Roberto Campos, constrangidamente, a Mesa pede brevidade aos companheiros que desejam aparteá-lo. Já prorrogamos por duas vezes o prazo para o término do discurso de V. Ex^a. Há outros oradores inscritos, e nota-se que V. Ex^a ainda carece de algum tempo para chegar ao fim de seu pronunciamento. É o apelo que a Mesa faz aos companheiros que justificadamente querem aparteá-lo.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ouço o nobre Deputado Hugo Rodrigues da Cunha.

O Sr. Hugo Rodrigues da Cunha – Sr. Ministro, serei rápido. Embora sem o brilho dos meus colegas, não posso deixar de trazer aqui a homenagem pessoal deste seu modestíssimo colega e grande admirador, representando a minha cidade, Uberaba. E, nesta manifesta homenagem, quero dar um testemunho. Estudante de Economia, em São Paulo, na década de 50, enfileirava-me contra aqueles que, estimulados por interesses inconfessos, faziam a campanha do Bob Field. Nós, que éramos de outra ala, combatíamos com palavras e, evidentemente, com ação essa calúnia, essa injustiça cometida contra um dos grandes cérebros deste País. Mais tarde, quase duas décadas depois, tive a honra de recebê-lo na Associação Comercial, para ouvir a sua brilhante palestra da nossa Escola de Economia. Lembro-me de que fiz referências ao seu grande trabalho no Sistema Tributário Nacional de 1966, na unificação dos institutos e também na eliminação da perspectiva de vantagem de indenização pela estabilidade – V. Ex^a criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e, naqueles momentos, era combatido; aquelas eram leis de uma semana apenas. V. Ex^a, para grande

alegria minha, manifestou admiração, disse que, afinal, alguém já começava a reconhecer o mérito daquele trabalho. Sr. Ministro, venho manifestar a homenagem também da minha cidade, dizendo-lhe que, lamentavelmente, esta Casa vai perder a contribuição de um grande nome. Vamos, porém, aguardá-lo por meio da imprensa, rogando a Deus que lhe dê muitos anos de frutuoso trabalho, para o bem deste nosso País.

O Sr. Adroaldo Streck – Deputado Roberto Campos, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Com muito prazer, Deputado Adroaldo Streck.

O Sr. Adroaldo Streck – Quero dar um depoimento que reflete exatamente a dimensão de V. Ex^a. Nesta Casa, que é plural, quantas vezes ouvi nas Comissões, que V. Ex^a tanto freqüenta, ou aqui no Plenário, companheiros nossos dizendo não concordarem com nada do que defende V. Ex^a, ressaltando, porém, a impossibilidade de deixarem de reconhecer que se trata de uma grande cabeça, de um homem supinamente trabalhador, presente e que engrandece o Parlamento brasileiro. Então, Deputado Roberto Campos, esse tipo de manifestação, inclusive de adversários seus – o que não é o meu caso; admiro muito o que V. Ex^a escreve, fala e faz, tanto que leio seus artigos permanentemente –, é o coroamento de um trabalho que engrandeceu a Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que, como eu, os nossos companheiros que estão saindo desta Casa levarão a gratidão de ter tido essa convivência fraterna com V. Ex^a durante estes quatro anos. Muito obrigado. Felicidades para V. Ex^a.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço ao Deputado Adroaldo Streck e ouço o Deputado Paes Landim.

O Sr. Paes Landim – Sr. Embaixador, Deputado, Senador, Ministro Roberto Campos, hoje, em função da despedida de V. Ex^a, uma das maiores figuras deste País, como já assinalou o Deputado José Bonifácio de Andrada, esta Casa marcará a trajetória dos grandes brasileiros que honraram e ilustraram o Parlamento brasileiro. Ainda há pouco tempo, relendo "Lanterna na Popa", livro em que V. Ex^a conta a despedida do "Governo dos Mil Dias", do Presidente Castelo Branco, revi a frustração sobretudo de Otávio Gouveia de Bulhões, exatamente porque pressentia que a política de estabilidade monetária – e V. Ex^a lançou o primeiro plano de estabilização monetária do País – não teria continuidade. O Governo populista e inseqüente

de Costa e Silva, sem nenhum compromisso, sem o perfil estadista de Castello Branco, não daria continuidade à política de austeridade, que preparara um grande patamar para o desenvolvimento do País, assim como às várias políticas públicas que V. Ex^a lançou junto com Bulhões, exatamente para preparar o País para uma grande largada rumo ao desenvolvimento. A própria independência do Banco Central também é uma idéia de V. Ex^a e do Prof. Bulhões, que, por intermédio da Sumoc, já vinha tentando uma política monetária própria no País, independente dos humores do Governo. Tal idéia, entretanto, foi também desrespeitada pelo governo seguinte, que, ao invés de dar ao Banco Central tal condição, disse a V. Ex^a que o guardião da moeda seria ele próprio, o Presidente da República. Se as propostas de V. Ex^a tivessem tido continuidade, tenho certeza, repito, que o País seria muito diferente hoje. V. Ex^a e San Tiago Dantas tiveram o compromisso de usar a inteligência para servir o País. Eu acho que ambos se serviram da grande tese daquela conferência magistral de San Tiago, "D. Quixote, o apólogo da alma ocidental". E V. Ex^a disse muito bem, na elegia no túmulo de San Tiago Dantas, sobre o compromisso que antes assumiram: usar a inteligência, a cultura e a grande erudição de ambos a serviço do País. Eu tenho certeza, Sr. Embaixador, grande Senador, grande Deputado, de que V. Ex^a não pregou no deserto. Pela sua persuasão, grande capacidade intelectual e grande autoridade moral, as suas idéias vão conquistando o País, exatamente derrubando os grandes "muros de Berlim" que infelizmente atrasaram o País por longas décadas. Tenho certeza, portanto, de que a pregação de V. Ex^a será sempre uma das maiores lições que este País recebeu ao longo deste milênio. Muito obrigado.

O Sr. Júlio Redecker – Deputado Roberto Campos, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Júlio Redecker – Gostaria de registrar nossa alegria, não pela partida, de V. Ex^a, mas pelo que deixou para o Brasil, em todos os cargos públicos que ocupou. Das idéias claras e definidas de V. Ex^a não perderemos contato. Os artigos do nobre Deputado são um norte para todos aqueles que querem conhecer um pouco do que acontecerá, do que está acontecendo e do que já aconteceu no País. Muitos economistas formuladores de idéias brilhantes, sob sua análise, são equiparados a idéias

antigas já conhecidas e muitas vezes não realizáveis, porque já tiveram os seus erros constatados através da História. Espero que o Brasil possa ter mais Robertos Campos, mesmo com a sua idade, com as idéias sofrendo com erosão – como V. Ex^a mesmo falou –, o que não concordamos. Que os jovens deste País possam ter no seu exemplo a oportunidade de serem obreiros, trabalhadores de idéias e de construção de novas realidades, para que possamos conviver com o futuro neste País. E que não sejamos apenas o País do futuro, mas que possamos construir uma realidade. Se V. Ex^a acredita que a sua geração não deu tudo aquilo que poderia ter dado para o Brasil, certamente procurou dar a sua parte – e ela foi essencial. Meus parabéns, Deputado Roberto Campos.

O Sr. Moisés Bennesby – Nobre Deputado Roberto Campos, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Pois não, Excelência, com muito prazer.

O Sr. Moisés Bennesby – Tive a alegria, o prazer e a honra de conhecê-lo quando V. Ex^a era Ministro do grande e honrado Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. V. Ex^a nos recebeu em 1967, quando eu representava o maior sindicato de plantadores e extratores de borracha natural. O nobre Deputado teve muita competência em editar a Lei nº 5.267, a qual sempre cito, passando aos demais o conhecimento de V. Ex^a. Não querendo ser redundante, e respeitando o pedido do Presidente para sermos breves, pois há ainda muitos que gostariam de falar, quero apenas dizer que, acima dos graus que os demais colegas o colocaram, tenho-o como um cientista no campo econômico. V. Ex^a tem de continuar bravo, escrevendo seus artigos e, por que não, participando da tão difícil vida que o País atravessa. Receba, caro amigo Roberto Campos, o mais sincero afeto. Como V. Ex^a, também não retorno a esta Casa, por uma questão soberana de decisão do povo do meu Estado. Muito obrigado. No Rio de Janeiro e em Rondônia estaremos sempre perto para conversar e receber a cultura de V. Ex^a. Os cinco filhos que tem – dois formados em Boston, nos Estados Unidos – permanentemente nos falam da teoria e dos conhecimentos científicos que V. Ex^a tem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa faz um apelo aos Srs. Deputados que sejam breves e simplifiquem suas manifestações. Esta é a terceira prorrogação que damos ao tempo de que o nobre Deputado Roberto Campos

dispõe. S. Ex^a, com certeza, deseja concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Pedro Correa – Sr. Presidente, quero solicitar à Mesa prorrogação do tempo do nobre Deputado Roberto Campos. Outros companheiros que se despediram ontem e anteontem tiveram maior tempo. No momento em que fala o Sr. Ministro Roberto Campos....

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nobre Deputado Pedro Correa, parece-me que V. Ex^a acaba de entrar no plenário. Esta é a terceira prorrogação que fazemos.

O Sr. Pedro Correa – Não, estou aqui desde o princípio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não seja injusto com a Mesa.

O Sr. Pedro Correa – Gostaria que V. Ex^a transgredisse o Regimento Interno e concedesse maior tempo a S. Exa. Todos os companheiros querem apartear-lo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nobre Deputado, quem está sendo injusto com todos nós aqui é o tempo. Infelizmente já estou vendo a cara feia de alguns oradores que se pronunciarão depois do Deputado Roberto Campos.

O Sr. Pedro Correa – Vou fazer uma rápida intervenção ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Ali, ao fundo do plenário, o Deputado Wilson Campos, de cara amarrada, será um dos próximos oradores. Dêem, por favor, tranqüilidade ao nobre Deputado Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Concedo ao nobre Deputado Pedro Correa um aparte.

O Sr. Pedro Correa – Nobre Ministro e Deputado Roberto Campos, vou fazer uma intervenção muito rápida. Certamente, as nossas reuniões de bancada não serão as mesmas com a ausência de V. Ex^a; sobretudo com as citações que fazia, inclusive com humor, quando discutíamos questões com tanta atenção. Quero, como médico, dizer-lhe o seguinte: as multidões famintas do nosso País certamente vão fazer-lhe justiça. V. Ex^a nunca propôs a quem quer que seja anestesia temporária, como fazem comumente os demagogos. Pelo contrário, sempre propôs, em favor dessas multidões famintas, a cirurgia definitiva. Meu abraço fraterno, Ministro e Deputado Roberto Campos. V. Ex^a continuará brilhando pelos caminhos da vida pública em relação ao nosso País.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Ouço com prazer o nobre Deputado Ricardo Barros.

O Sr. Ricardo Barros – Sr. Ministro e Deputado Roberto Campos, agradeço a V. Ex^a por tudo que pude aprender na nossa convivência nas Comissões Especiais, na discussão da privatização, quebra do monopólio do petróleo, telecomunicações, na escolha dos destaques mais importantes para aquelas matérias; enfim, na convivência diária que tivemos aqui com as suas idéias. Quero dizer que, ontem, o PPB reunido disse que viria aqui ouvir o discurso de V. Ex^a. Os Ministros Francisco Dornelles e Francisco Turra, o Prefeito do Rio de Janeiro, nosso amigo Eduardo Conde, o Prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e a grande maioria dos colegas viriam a esta Casa para acompanhar o discurso do nobre Deputado, homenageá-lo e dizer-lhe que suas idéias continuarão sempre sendo nossa lanterna da popa.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado.

Farei um agradecimento coletivo para poder prosseguir de forma resumida minha exposição.

Agradeço aos Deputados Hugo Rodrigues da Cunha e Bonifácio de Andrada, colegas ideológicos, que defendem o ideário liberal, o apoio extremamente importante que me deram tanto no passado como hoje.

Adicionaria à lista o Deputado Adroaldo Streck, gaúcho, também um liberal, – coisa um pouco exótica em se tratando de um Estado caracterizado pela tradição paternalista e castilhistas. O Deputado Júlio Redecker está na mesma categoria dos liberais.

Agradeço ao Deputado Moisés Bennesby as recordações do tempo em que tive de tratar de problemas amazônicos.

Agradeço muito aos Deputados Pedro Correa e Ricardo Barros, colegas de partido e, diria também, de ideário.

O Deputado Paes Landim cometeu ato de justiça ao recordar minha estreita colaboração com Otávio Gouveia de Bulhões. O destino, aliás, foi injusto com dois dos grandes mestres liberais que tive: Eugênio Gudim e Bulhões, falecidos antes da queda do Muro de Berlim. O destino foi mais justo comigo. Assisti a tudo isso e também à conversão do Brasil, que passou de uma ideologia estatizante, na qual o Governo era o motor do desenvolvimento, para uma ideologia privatizante, caracterizada pela redução e eliminação de monopólios.

É bom lembrar a figura dos grandes liberais, que não chegaram a ter sua visão confirmada no

seu tempo, mas que a têm confirmada no tempo atual.

Sr. Presidente, continuarei minha exposição resumindo-a, porque vários dos conceitos que desejava emitir já o foram em resposta a vários dos apartes, os quais interpreto não como acidentes de percurso, mas como sinalizações de rota.

Resumindo o que pretendia dizer, mencionarei o problema das ondas de crescimento. Houve três ondas de crescimento no pós-Guerra. Crescimento sincronizado, afetando países subdesenvolvidos e desenvolvidos. A primeira onda foi depois da criação do Mercado Comum Europeu. O Brasil dela participou na era juscelinista, infelizmente de curta duração, por falta de embasamento financeiro. Crescemos cinquenta anos em cinco, dizia o **slogan**. Ao fim dos 50 anos, infelizmente, o Brasil estava na bancarrota.

A segunda onda de crescimento foi no fim da década de 60 até a primeira crise do petróleo. Foi a época do "milagre brasileiro". O Brasil participou plenamente dessa onda realizando, vinte anos antes dos asiáticos, taxas de crescimento de 10% ao ano.

A terceira onda de crescimento veio no fim da década de 80, após absorvidos os efeitos da recessão mundial, da crise da dívida e do segundo choque do petróleo. Dessa onda o Brasil não participou, afligido pela ladainha de erros que antes mencionei, responsáveis pela nossa década perdida; uma década em que redescobrimos a democracia mas não descobrimos o capitalismo.

Antecipo que no começo do milênio, provavelmente após a instauração bem sucedida do euro e a dilatação do espaço econômico europeu, haverá uma quarta onda de crescimento – e é importante que nos preparemos para ela.

Todas as ondas anteriores, das quais o Brasil participou, foram precedidas de reformas. O juscelinismo das metas foi precedido pelos esforços de planejamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do BNDE, então recém-criado, assim como pela criação de agências estatais e fundos de desenvolvimento, e, **last but not least**, pelo saneamento fiscal e monetário empreendido pelo Prof. Eugênio Gudín, num ministério de transição entre Getúlio e Juscelino. Essas reformas foram o que poderíamos chamar as "reformas de primeira geração".

O milagre brasileiro do fim da década de 60 foi precedido das grandes reestruturações institucionais do Governo Castelo Branco, como a criação do

Banco Central, a organização do mercado de capitais e a revolução fiscal trazida pelo Código Tributário de 1966. Foram as "reformas de segunda geração".

Na soturna década dos oitenta, quando se renunciava a terceira onda, em vez de reformas tivemos a grande "contra-reforma", que foi a Constituição de 1988. Foi um "avanço do retrocesso" que nos colocou na contramão da história. Em realidade, as chamadas reformas de terceira geração", que o Congresso está agora votando após o Plano Real – as reformas administrativa, previdenciária e fiscal, assim como a privatização, que é uma reforma patrimonial – não são propriamente avanços inovadores, e sim o simples desfazimento dos irrealismos da contra-reforma. Assim, por exemplo, o propósito da reforma administrativa foi desfazer o "hexágono de ferro" que impossibilitava um tratamento gerencial dos problemas da administração pública: a estabilidade do funcionalismo, a irredutibilidade de vencimentos, a isonomia, o regime único dos servidores, a tolerância para com o grevismo e um sistema previdenciário atuarialmente inviável.

Para termos idéia das oportunidades perdidas depois da contra-reforma, basta dizer que, se na década 1988-1998 o Brasil tivesse crescido à taxa modesta de 5% ao ano, que prevaleceu de 1900 a 1980, nosso PIB excederia 440 bilhões de dólares o PIB atual, com substancial alta do padrão de vida.

O grande evento desta década, que esperávamos marcasse a retomada do crescimento, mas que será apenas de transição, foi sem dúvida o Plano Real. Trouxe um avanço econômico e cultural que não deve ser subestimado, apesar de nuvens negras e tempestades à vista. Primeiramente, entronizou a estabilidade de preços como valor fundamental e como objetivo factível. Segundo, descartou métodos heterodoxos de congelamentos e confiscos, incompatíveis com a dinâmica capitalista. Terceiro, permitiu a identificação do verdadeiro inimigo – o déficit global do serviço público –, pondo fim ao "escapismo" que nos levava sempre a inculpar demônios externos. Quarto, baseou-se numa reconsideração do papel do Governo, que não é mais visto como engenheiro social e motor do crescimento, devendo antes ser um jardineiro que deixe as plantas crescerem e um samaritano que priorize o social. O Plano Real marcou a transição de uma cultura acomodatória para uma cultura reformista.

Quando ele foi lançado, argumentei que houvera uma inversão de seqüências. A lógica política prevalecera sobre a lógica econômica. Isso era inevitável à época, mas também perigoso. Segundo a lógica econômica, a reforma do padrão monetário seria a cumeeira do edifício, cujo alicerce e colunas de sustentação seriam as reformas estruturais. Tal como se fez na criação do euro, na União Européia. Os critérios severos de disciplina fiscal foram fixados no Tratado de Maastricht de 1992, enquanto a moeda única se criou em 1999, após confirmado o saneamento fiscal.

A lógica política exigia, ao contrário, resultados imediatos na decapitação da hidra inflacionária, até mesmo para conferir ao governante credibilidade para lancetar mitos e executar reformas de estrutura. O Plano Real nasceu, assim, como uma esplêndida ginástica aeróbica num corpo de frouxa musculatura. Trouxe resultados rápidos e surpreendentes. Seus componentes foram a âncora cambial, a política monetária restritiva de juros altos, a abertura às importações e apenas um miniajuste fiscal – o Plano Social de Emergência.

As reformas viriam para a consolidação, antes que para a construção da nova moeda. Que a lógica política tem sua secreta sabedoria, às vezes mais relevante que a ciência dos economistas, prova-o o fato de FHC ter sido eleito e reeleito presidente, em primeiro turno. Se a lógica política tem sábios segredos, a lógica econômica tem implacável capacidade de vingança. Essa vingança é representada pela dupla crise, fiscal e cambial, que ora nos aflige.

Houve atrasos no processo reformista em todos os seus três componentes: abolição de monopólios estatais; reformas estruturais do Estado (administrativa, fiscal e previdenciária); privatização de estatais e outorga de serviços.

Havia duas premissas subjacentes ao Plano que, infelizmente, não foram adequadamente explicitadas. Uma é que a solução de nosso problema cambial exige também medidas extracambiais de redução dos custos dos exportadores, cujos efeitos poderiam ser mais benignos e duradouros que os das desvalorizações.

A segunda é que a solução do problema fiscal não é puramente fiscal, e sim também patrimonial, servindo as privatizações como instrumento de redução do "estoque" da dívida pública.

Sou muito mais otimista que muitos de meus colegas quanto às vantagens polimórficas das privatizações. Além do efeito fiscal benigno, elas contribuem para democratizar o capital, para reduzir a taxa de corrupção, para aumentar a eficiência global

da sociedade e para atrair capitais estrangeiros permanentes.

Ao contrário das alienações do setor privado, nas quais o vendedor captura o valor da venda mas perde os fluxos de receita, o Governo, ao privatizar, continua sócio oculto das empresas, através do Imposto de Renda. Como as empresas estatais não são fanáticas no pagamento de dividendos ao Tesouro e não primam pela pontualidade nos impostos, o fluxo de caixa para o Governo pôde até melhorar continuamente após a privatização. Em certo sentido, o Tesouro tem o que se poderia chamar "o privilégio" do gigolô.

Ocorreram, na trajetória reformista, interferências e insuficiências. A interferência foi a da tese da reeleição, que provocou usura de calendário e desgaste de capital político. A insuficiência resultou da timidez das propostas. A reforma previdenciária, por exemplo, visou apenas corrigir algumas das principais distorções do atual regime de "solidariedade invertida". Mas o necessário seria uma mudança sistêmica do modelo de "repartição" para o de "capitalização individual". A compulsoriedade das contribuições para o INSS é antidemocrática, principalmente para os pobres, porque os priva do direito de decidirem sobre o administrador a quem confiar suas poupanças previdenciárias. É anti-social porque as contribuições versadas numa vala comum são expostas à predação de classes politicamente mobilizadas, que caçam aposentadorias precoces e especiais. É antidesenvolvimentista porque os recursos não são capitalizados para a alavancagem do desenvolvimento.

A transformação do modelo de repartição, total ou parcialmente, num sistema de cadernetas previdenciárias individuais, em que o benefício é definido pelo valor das contribuições capitalizadas, deverá figurar entre as reformas de quarta geração.

Estamos também atrasados na reforma fiscal e daí advêm uma das grandes ameaças ao Plano Real, pelo aumento explosivo do déficit e do endividamento. O tratamento do problema tem sido emergencial antes que sistêmico, com a criação de pacotes tributários ou melhoramentos tópicos (por exemplo, simplificação do Imposto de Renda ou distribuição de exportações). Está ainda para ser estruturada uma reforma fundamental que deveria satisfazer pelo menos a dois critérios:

a) desincentivar a informalização da economia, que coloca parte da população fora da lei e reduz a receita fiscal e previdenciária; e

b) coibir a sonegação e a evasão fiscal, que reduzem a receita efetiva a quase metade da arrecadação potencial.

A atual proposta tributária do Governo mantém os impostos declaratórios clássicos sobre renda, consumo e serviços, concebidos antes da era da eletrônica e da informática. Faz-se mister a substituição dos impostos declaratórios por tributação automática cobrada eletronicamente na fonte. E o imposto sobre movimentação financeira, com alíquota adequada, deveria substituir todas as contribuições sociais que hoje oneram a contratação de mão-de-obra. O projeto do Deputado Luís Roberto Ponte (PEC nº 46/95), já aprovado em Comissão Especial, avança muito mais na direção desses objetivos que qualquer das propostas do Executivo, redolentes de um fiscalismo obsoleto.

Preparação para o novo milênio.

Tendo perdido a terceira onda de crescimento da década passada, o Brasil precisa se preparar para a quarta onda, que espero surgirá no começo do milênio, detonada talvez pela restauração do crescimento europeu após a implantação definitiva do euro. Essa onda virá no contexto de uma economia globalizada e no bojo da sociedade do conhecimento. Isso nos impõe reformas modernizantes mais amplas, que chamarei de "reformas da quarta geração".

Entre elas figura uma reforma "política", que torne nossa democracia menos disfuncional. O objetivo dessa reforma seria conferir funcionalidade à nossa democracia, dando maior agilidade e relevância ao processo legislativo. Isso exigiria medidas de contenção da proliferação partidária e melhor ordenamento do processo legislativo, com a substituição do voto proporcional pelo voto distrital misto, a restauração do princípio de fidelidade partidária, a instauração da "cláusula de barreira" para a participação dos partidos no Congresso, o voto facultativo e a correção de distorções na representação estadual na Câmara dos Deputados, que hoje favorece demasiado alguns Estados de densidade demográfica inexpressiva.

Curiosamente, algumas das medidas anteriormente listadas constituem mera ressurreição de dispositivos que já existiram no passado, sem nunca serem ativados. O voto distrital fora previsto na Emenda Constitucional nº 22, revogada quando da convocação da Constituinte de 1987/1988; o princípio de fidelidade partidária existira na Emenda Constitucional nº 1, de 1989; e a cláusula de barreira constava da Constituição de 1967, como pré-requisito à formação de partidos. Era uma barreira no lugar errado, pois a criação de partidos deve ser livre,

limitada entretanto a participação no Legislativo aos partidos que representem parcela significativa da opinião pública e não apenas esquisitices ideológicas.

Componente importante nas reformas de quarta geração será a reforma do Judiciário. Reconhece-se hoje na literatura econômica que o progresso econômico está intimamente ligado ao respeito aos direitos de propriedade, à execução fiel de contratos e à solução expedita de conflitos. As linhas naturais de evolução devem ser: a ampliação da esfera de mediação extra-oficial, já iniciada com a criação de tribunais arbitrais privados; a implantação em maior escala dos juizados de pequenas causas, importantes sobretudo para a pequena e média empresa; a simplificação dos ritos processuais, com limites à orgia recursória; e o aligeiramento da carga dos tribunais em litígios de constitucionalidade, pela aceitação do efeito vinculante das decisões do STF, sempre que haja identidade na natureza da impugnação.

Outra reforma de quarta geração é a da Legislação Trabalhista, cuja intimidante complexidade desencoraja a contratação e encoraja a informalização. Cada vez mais a intervenção tutelar do Estado, cuja manifestação extrema é a capacidade normativa da Justiça do Trabalho, deve ser substituída pela livre negociação, apoiada em instrumentos de mediação, sob pena de aceleração do desemprego. A pouca flexibilidade da legislação trabalhista é reconhecida hoje como um dos componentes maiores do desemprego europeu, sendo talvez mais importante que o deslocamento da mão-de-obra por novas tecnologias. O sindicalismo brasileiro parece estar tomando consciência disso e o Governo tem apresentado propostas de flexibilização, curiosamente semelhantes, na presente recessão, às que apresentei dezesseis anos atrás em meu primeiro discurso no Senado. "**Nihil novum sub sole...**"

Duas carências.

Não conseguiremos ingressar numa trajetória de desenvolvimento sustentado se não corrigirmos duas carências: a falta de poupança doméstica e as deficiências de educação básica.

O aumento da taxa de poupança deve começar pela diminuição da despoupança do Governo deficitário, assim como pela reformatação do maior **pool** de poupança disponível nas sociedades modernas: a Previdência Social. O modelo chileno de capitalização privada, já adotado na Argentina e no Peru, e parcialmente na Colômbia e no México, devem servir-nos de inspiração para transformarmos

nosso sistema de solidariedade negativa, em que rendas se transferem de pobres para burgueses e burocratas, num instrumento de alavancagem do desenvolvimento.

A outra carência é de educação básica. A escolaridade de nossa mão-de-obra, em média de menos de quatro anos, é baixa mesmo para os padrões latino-americanos. E certamente inadequada para as modernas sociedades eminentemente tecnificadas. O Governo tem-se empenhado corretamente em deslocar maiores recursos para a educação básica, mas ainda não teve ânimo para desafiar o tabu da universidade pública gratuita, à qual os pobres têm difícil acesso e na qual os ricos e remediados recebem subvenção desnecessária. O ensino terciário é necessário para criar elites produtivas, que trazem "incrementos de produtividade", mas os "saltos de produtividade" dependem muito mais da educação de massa.

Um ensaio de autocrítica.

Falei muito, num exercício de análise crítica, dos problemas do Brasil e do mundo. É chegado o momento da autocrítica. Como Congressista, não consegui ser nem um grande articulador, nem um grande operador, nem um grande mobilizador. Fui antes um pregador, quase um profeta sem carisma, pois que conseguia detectar na bruma do futuro a silhueta das coisas, sem grande capacidade para mobilizar outros em função dessas visões. Previ o colapso do socialismo, a vitória das economias de mercado, a necessidade do adelgaçamento do Estado pela privatização, a crise previdenciária tornada inevitável pelas mutações demográficas e a necessidade de abertura internacional. Combati os monopólios estatais, criadores de ineficiências, assim como a política de informática, quando ainda eram tabus venerados. Sempre achei que a inflação era a maior das injustiças sociais e que o Governo nada pode dar ao povo que primeiro não tenha dele tirado.

Insisti em ser, como dizia Nelson Rodrigues, "um idiota da objetividade", procurando equidistância entre o fel de Cassandra e o mel de Pangloss. E aceitei muitas vezes a solidão da verdade, de preferência às blandícias aconchegantes do erro. Procurei ser, por assim dizer, a consciência liberal do PPB, partido do qual nunca me afastei, acompanhando-o em todas as suas metamorfoses, exemplo comovente de fidelidade partidária.

Sobre a identificação de inimigos.

Gostaria de dizer algumas palavras sobre a difícil arte de identificar inimigos. Sempre achei que

um dos mais graves problemas dos subdesenvolvidos é sua incompetência na descoberta dos verdadeiros inimigos. Assim, por exemplo, os responsáveis pela nossa pobreza não são o liberalismo nem o capitalismo, em que somos noviços destreinados, e sim a inflação, a falta de educação básica, e um assistencialismo governamental incompetente, que faz com que os assistentes passem melhor que os assistidos. Os inimigos do desenvolvimento não são os "entreguistas", que, aliás, só poderiam entregar miséria e desenvolvimento, e sim os monopolistas, que cultivam ineficiências e criaram uma "nova classe" de privilegiados: os burgueses do Estado. Os promotores da inflação não são a ganância dos empresários ou a predação das multinacionais, e sim esse velho safado, que conosco convive desde o albor da República: o déficit do setor público.

É mais fácil dizer o que o Brasil não deve temer do que o que o Brasil deve fazer. O Brasil não deve temer as ameaças do neoliberalismo, já que, segundo análise comparativa de graus de liberdade por vários institutos econômicos internacionais, ainda somos um país de baixo grau de liberdade, comparativamente não só a vizinhos da América Latina, como Chile, Argentina e Peru, mas até mesmo a ex-membros da Cortina de Ferro, como Hungria e República Tcheca. Temos ainda graves resquícios dirigistas, com limitações à ação empresarial, um regime tributário complexo e punitivo, uma legislação trabalhista minudente e tutelar e, até recentemente, profusos controles cambiais. Nem sequer se pode dizer que o País seja vítima do capitalismo selvagem, pois não saímos ainda do mercantilismo patrimonialista. Experimentamos, sem dúvida, alguns aspectos do pior dos capitalisms, que é o capitalismo do Estado. Mas estamos distantes do capitalismo competitivo, que pressupõe a ausência de monopólios estatais, o respeito à liberdade de preços e ao direito da propriedade. No máximo poderíamos dizer que estamos num estágio pós-dirigista e pré-liberal, numa lenta transição de um capitalismo de Estado para um capitalismo competitivo.

A globalização e seus descontentes.

Permitir-me-ei um comentário sobre a globalização, processo que entevi como inevitável em função da revolução tecnológica e que, basicamente, considero benigno e desejável. O que há a dizer primeiramente é que não se trata de fenômeno inédito, ou invenção diabólica recente. A história registra várias globalizações. A mais antiga foi a do Império Romano que, no mundo relevante de então, criou uma moeda única e propalou uma língua franca, o latim, além de unificar instituições jurídicas e tornar

dominante sua tecnologia de infra-estrutura. A segunda foi a das Grandes Navegações, que abriram caminho para novos continentes, incorporando-os ao comércio internacional. A terceira foi a eclosão do liberalismo democrático no fim do século passado, espalhando-se também neste século até a Primeira Guerra Mundial. Foi a **belle époque**, na qual se chegou a um grau de integração internacional superior ao atual, pois além do livre movimento de capitais, havia a livre migração de pessoas.

A ressalva que se pode fazer é que há vários graus de desejabilidade na globalização. A globalização comercial é inquestionavelmente desejável, pois aumenta a produtividade dos produtores e a satisfação dos consumidores. A impressão negativa que alguns têm no Brasil deriva de deficiências de comportamento. Ao manter taxas cambiais sobrevalorizadas aguçamos demasiado a penetração das importações. E nossa burocracia não aprendeu ainda a usar adequadamente legítimas defesas e salvaguardas internacionalmente admitidas, como os direitos compensatórios e **antidumping**.

A globalização tecnológica é também benigna e restringi-la seria suicídio competitivo. Haverá deslocamentos de mão-de-obra destreinada, com aumento setorial do desemprego, mais do que compensados, entretanto, no médio prazo, pelo aumento de renda e de produtividade. Parte do desemprego que é atribuído à globalização tecnológica é de natureza estrutural, provocado sobretudo pelos custos e pela rigidez da legislação trabalhista, como no caso europeu.

A terceira das globalizações é a financeira. Ela é benigna e desejável no tocante aos investimentos estrangeiros diretos, que cumprem uma tríplice função: trazer poupanças, injetar tecnologia e expandir mercados. A dúvida é quanto aos capitais chamados "voláteis", que emigram maciça e rapidamente, em resposta a flutuações de juros e câmbio. Ainda aqui é preciso notar que os capitais voláteis são instrumentos de teste de mercado, antes de se transformarem em investimentos fixos. E que os países vítimas da volatilidade são os que tinham desequilíbrios fundamentais, seja no setor privado, como na Ásia, seja no setor público, como na América Latina. No continente asiático escaparam do vendaval Cingapura, Taiwan, Austrália e Nova Zelândia. Em nosso continente, Chile e Argentina, que tinham razoável equilíbrio fiscal e orientação exportadora. No Brasil, os desequilíbrios eram evidentes, quer no tocante à taxa cambial, quer no tocante à desordem do setor público.

Os descontentes com a globalização esquecem-se de que nunca na história humana tanta gente conseguiu escapar da miséria, sobretudo na Ásia, como sob o império da quarta globalização.

Minhas últimas palavras são aos dois eleitorados que possibilitaram minha presença no Congresso: o de Mato Grosso, minha terra natal, e o do Rio de Janeiro, minha terra adotiva. Procurei prestar-lhes bons serviços. Para Mato Grosso, estado de desenvolvimento recente, a receita está no tradicional binômio juscelinista: energia e transporte. O Rio de Janeiro exige um polinômio mais complexo, que lhe permita desenrolar seu elenco de variadas vocações: a vocação turística, a de pólo tecnológico, a de entreposto marítimo e de construção naval, a de indústria metal e mecânica e a de diversificação de serviços, especialmente financeiros, que no passado foram apanágio do Rio.

Falei em melancolia, mas há momentos de alegria. Talvez a maior tenha sido a de ter conseguido uma surpreendente votação em minha última campanha senatorial entre os jovens e os trabalhadores. Os proprietários do futuro afinal entenderam um inquilino do passado, que lhes pregava as virtudes do capitalismo liberal, esse casamento singular entre a economia de mercado e a democracia política, que abre oportunidades e premia o mérito. Os trabalhadores captaram que a estabilidade de preços e os instrumentos de poupança, que ajudei a conquistar, são fatores de melhoria social.

O Sr. Betinho Rosado -- Deputado Roberto Campos, permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Pois não.

O Sr. Betinho Rosado – Deputado Roberto Campos, neste momento, de sua despedida desta Casa, desejo registrar o privilégio de ter convivido com V. Exa, de ter desfrutado de seu conhecimento, de sua experiência de vida e de suas teses econômicas. Quero parabenizá-lo por ver que esta Legislatura transformou em lei grande parte do pensamento econômico e democrático defendido por V. Exa. durante toda a sua vida. Meus parabéns a V. Exa.

O Sr. Luiz Carlos Hauly – Deputado Roberto Campos, também aproveitando este momento, quero dizer que foi uma honra e um privilégio acompanhá-lo e aprender com seus ensinamentos. Espero que esta "lanterna" continue iluminando o Brasil por muitos e muitos anos, a fim de que possamos realmente encontrar o caminho definitivo e certo para o nosso País. Parabéns a V. Exa. Muito

obrigado por esses oito anos de convivência com que V. Exa. nos honrou. Foi uma honra para nós.

O Sr. Paulo Bornhausen – Deputado Roberto Campos, também quero deixar registrada a alegria de ter podido conviver com V. Exa. nesses quatro anos e dizer que V. Exa. não parte; simplesmente vai desempenhar suas atividades não mais em Brasília, mas provavelmente no mundo afora, proferindo palestras. V. Exa. pode ficar certo de que minha geração terá ainda muito a aprender com seus ensinamentos sobre economia, sociedade e construção de um país. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado aos Deputados Luiz Carlos Hauly, Betinho Rosado e ao meu caro amigo Paulo Bornhausen. São colegas que, além do coleguismo natural, têm comigo afinidade ideológica.

Prossigo, Sr. Presidente. Deixo muitos amigos, presentes nesta Casa, e alguns que se foram. Entre os que partiram citarei dois com saudade, Luiz Viana Filho, no Senado, e Luis Eduardo Magalhães, na Câmara. Um velho e outro jovem. Tinham em comum duas qualidades relativamente escassas no cenário nacional: realismo político e intuição econômica.

Os que ficam nesta Casa têm pela frente uma formidável agenda reformista. Desejo-lhes, como na oração do teólogo Reinhold Niebuhr, que Deus lhes dê serenidade para aceitar as coisas que não possam mudar, coragem para mudar as coisas que possam mudar e sabedoria para saber a diferença.

Comecei este discurso dizendo de minha frustração por ter ao fim de três mandatos encontrado o País com os mesmos problemas do início. Isso me faz lembrar o famoso e quase intraduzível poema de T.S. Eliot, o "East Giddings", nos "Four Quartets":

**The end of all our exploring
Will be to arrive where we started
And know the place for the first time**

O fim de toda a nossa busca

Será chegar ao lugar onde começamos

E ter a sensação de descobri-lo pela primeira vez

Muito obrigado a todos. (Palmas. O orador é aplaudido de pé.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa associa-se às manifestações do Plenário neste momento de despedida ao Deputado Roberto Campos.

A Mesa deseja a S. Exa. pleno êxito nas novas missões que certamente terá daqui para frente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Campos, o Sr. Nelson Trad, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Sr. Israel Pinheiro.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PTB – MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começo lendo discurso do Sr. Israel Pinheiro, pronunciado nesta Casa.

Sr. Presidente, desde 1950, temos batido, aqui desta tribuna, pela modificação da política econômico-financeira vigente no País. Em todos os tempos essa política tem sido preponderantemente financeira enquanto deveria ser preferencialmente econômica.

A crise que hoje enfrentamos começou a caracterizar-se a partir de 1948, quando o custo de vida passou a subir em ritmo acentuado. Em 1951, procuramos demonstrar à Câmara que a crise não seria debelada com medidas de ordem exclusivamente financeira dentro do esquema que orientava a ação do Governo: equilíbrio orçamentário e restrição de crédito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse discurso foi pronunciado na sessão de 26 de junho de 1956 pelo meu pai, o então Deputado Israel Pinheiro, Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa.

Vejam os senhores que a situação não mudou. O Brasil atravessa a mesma crise e a perspectiva de sua solução caminha no mesmo sentido que meu pai denunciava em 1956.

O que aconteceu com este País? Este País, Sr. Presidente, tinha um déficit nas contas internas e externas. Esses dois déficits eram financiados pela moeda estrangeira e pelas crises de outros países. Secou a fonte, e a Nação brasileira perdeu esta fonte de financiamento. Resultado: entramos numa encruzilhada. Não temos financiamento nem poupança interna. Temos, sim, um déficit orçamentário que se vai acumulando cada vez mais. Solução: eficiência. Eficiência é fundamental para este País.